



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 230 - DE 14 A 27 DE JANEIRO DE 2002- R\$ 1,00

# NÃO

à destruição dos  
direitos trabalhistas



Organizar a luta nacional de massa  
Unificar as greves, ocupar as ruas  
Preparar uma autêntica greve geral  
Por tempo indeterminado para derrotar  
o governo, a burguesia e o imperialismo

## XXVIII Congresso CNTE: Declaração da Corrente Proletária Crítica à tese da Articulação

V Conferência Nacional do POR:  
A desintegração mundial do  
capitalismo e suas manifestações  
no Brasil Semicolonial

RESOLUÇÃO SOBRE A ARGENTINA

# Quinzena de Luta do Movimento Operário

## Em dez anos, baixa o número de assalariados na população

A parcela inativa da força de trabalho cresceu 11,8% na última década. Trata-se de pessoas com 15 anos ou mais que não trabalham nem procuram emprego.

Esta foi a comprovação feita pelo IBGE: o número de inativos passou de 39% em 1991 para 43,6% em novembro de 2001. Uma parte dos que continuaram trabalhando perderam as garantias do emprego formal. De 1991 para cá, o número de pessoas com carteira assinada caiu 16,4%, passando de 53,7% para 44,9%.

Os números do IBGE mostram que o tempo de procura por um emprego também cresceu muito. Em 1991, o tempo médio de procura por um emprego era de 13,31 semanas (cerca de três meses). Em novembro de 2001, o tempo médio era de 20,55 semanas (quase cinco meses), uma diferença de 54,4% em relação à média de 91. A pesquisa realizada pelo IBGE abrange apenas as regiões metropolitanas de seis capitais brasileiras: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O capitalismo é um sistema esgotado. Tem de ser destruído pela revolução social e transformado em socialismo.

## Demissões de motoristas e cobradores em São Paulo

Até o dia 11 de janeiro não se sabiam ao certo quantos motoristas e cobradores ficarão fora do sistema

de transportes de São Paulo. Espera-se que sejam demitidos 3.500 condutores das empresas Eletrobus, Transbraçal, Arc, Cruz da Colina, Vitória e Âmbar, que não participarão dos consórcios que vão operar na Capital, a partir do próximo dia 19.

A patronal afirma que: "Os trabalhadores que não forem admitidos serão cadastrados em um sistema único e terão prioridade quando as empresas tiverem vagas", e que: "Estamos colocando ônibus novos. Em alguns lugares, poderão sobrar, mas em outros poderão faltar veículos porque teremos de buscar passageiro. Desta forma, as contratações e demissões de pessoal, se ocorrerem, serão graduais".

Por aí podemos notar todo o engodo da Prefeitura e da patronal com a mudança concentracionista dos contratos com as empresas de ônibus. Sem uma sólida organização dos trabalhadores dos transportes, o desemprego atingirá violentamente a categoria.

## Operário da Volks sofre em casa sem saber se voltará à fábrica

*Até o dia 31 deste mês, 1.500 operários estão em licença remunerada. Deste total, apenas 800 retornarão ao serviço em fevereiro*

Esta é a situação dos operários da Volkswagen em São Bernardo — quase 10% dos 15.680 metalúrgicos da empresa

Os outros 700 serão desligados da empresa por um programa de de-

missões voluntárias (PDV) aberto até o fim deste mês. A Volks completará o número se a meta do PDV não for atingida.

Os critérios usados pela Volks para escolher quem ficará afastado — e quem permanecerá na fábrica, quando acabar o PDV — foram colocados em dúvida pelos metalúrgicos. Segundo a empresa, a reestruturação na fábrica de São Bernardo não leva em conta simplesmente o desempenho do funcionário, mas sobre funções que não existirão mais

Diante de tanta pressão, empresa, sindicato até mesmo da família, cerca de aproximadamente 130 operários haviam se inscrito no PDV, número bem inferior a meta traçada pela Volks

O acordo da Volks tem duração de cinco anos e envolve terceirização de setores e saída programada de aposentados — neste ano, 200 deverão deixar a fábrica. Outro item é a redução de 15% da jornada e dos salários. Após o lançamento do Polo, novo produto da Volks, será adotada uma tabela salarial diferenciada para os novos empregados.

Não podemos esmorecer nem continuar aceitando esta traição imposta pela direção sindical vendida, temos de nos organizar e não deixar que esta situação continue a ocorrer. Afinal dizem que estão nos demitindo porque não há trabalho para todos e depois que contratarão com salários menores. Não podemos pagar com a vida de nossas famílias os lucros que estes sangue-sugas internacionais extraem de nosso trabalho.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# Recessão e desemprego: Fechamento de fábricas e demissões

As montadoras, diante da crise de superprodução e da necessidade de manter as taxas de lucro, anunciam medidas de fechamento de fábricas e demissões de milhares de operários. Trata-se de mecanismos de preservação da lucratividade e de descarregamento da crise sobre a classe operária, atingindo tanto a matriz quanto as filiais espalhadas por vários países semi-coloniais. Na sua maioria, as multinacionais automobilísticas já operam com 30% de ociosidade.

A maior montadora do mundo, a General Motors, embora tenha ampliado sua participação no mercado mundial (27,8% para 28,1%), já definiu as "demissões voluntárias", adiamento do pagamento do bônus por mérito e a antecipação de aposentadorias. A direção da multinacional disse que se trata da continuidade do plano de cortes iniciado no ano de 2000.

A Chrysler teve redução na sua participação mundial de 14,2% para 13,2%, mesmo com as campanhas intensas de juro zero para atrair os consumidores.

A Volkswagen aperta o cerco e impõe as demissões nas fábricas brasileiras.

A multinacional Ford, a segunda do mundo, com sede nos Estados Unidos, promete demitir mais de 20 mil operários. Um corte de 10% da mão-de-obra com o fechamento de algumas fábricas (em Nova Jersey e Geórgia -Estados Unidos; no Canadá; México e Argentina e Brasil). A avaliação dos chefes da multinacional aponta as fábricas da América Latina como prejuízo.

A redução da produção, eliminação de algumas marcas de carro e caminhões, a ampliação da capacidade ociosa e cortes drásticos de mão-de-obra são mecanismos que vêm sendo impostos há muito tempo. Na atualidade, verifica-se a profundidade e generalização que tomam tais mecanismos. Se, no passado, era um fenômeno que atingia uma ou outra multinacional automotiva, agora abarca as maiores montadoras do mundo. As conseqüências, que eram restritas às fi-

liais, penetram nas matrizes e de lá irradiam por todos os cantos.

A ampliação da capacidade ociosa é expressão do enorme potencial alcançado de tecnologia e o estreitamento do mercado. Contradição que se agudiza com a desagregação do capitalismo. As montadoras estão obrigadas a reduzir sua capacidade de produção para ajustar ao mercado. Ao mesmo tempo, também estão obrigadas a renovar constantemente sua tecnologia para poder enfrentar a concorrência entre as multinacionais do ramo. Trata-se, portanto, da lei do capitalismo que se manifesta na contradição entre a potencialidade das forças produtivas e a propriedade monopolista de produção. Essa é a raiz das quebraadeiras, demissões em massa e toda sorte de medidas impostas pelos capitalistas para preservar a propriedade privada dos meios de produção e a manutenção da taxas de lucro.

## Conseqüências das medidas das montadoras no Brasil

As multinacionais automobilísticas instalaram no Brasil desde os anos 50. As grandes montadoras remetem lucros exorbitantes para suas matrizes, sediadas nos países imperialistas (Estados Unidos, Alemanha, Itália, França e Japão), exploram a mão-de-obra brasileira, pagando salários bem mais baixos do que em suas matrizes, exigem cada vez mais eliminação de direitos trabalhistas, recebem bilhões de dólares em empréstimos facilitados do BNDES e incentivos fiscais (a exemplo da isenção de impostos). As multinacionais agem por cima dos governos e das fronteiras nacionais. Quebraram a indústria nacional automobilística nascente, como a FNM, Gurgel. Submetem a burguesia brasileira e seus governos aos ditames internacionais.

As maiores montadoras do mundo procuram preservar sua lucratividade no Brasil. Quando esta se reduz, impõem cortes de custo ("reestruturação produtiva") ou ameaçam deixar o país.

A Ford descarregará na América Latina (Argentina, Venezuela e Brasil) parte da crise que atravessa. Já prometeu demitir mais operários em São Paulo, dando continuidade às medidas de cortes implantadas em 1998.

A General Motors (GMC) porá fim à produção de caminhões em São José dos Campos. Disse que não consegue enfrentar a concorrência com a Mercedes-Benz e da Volks.

A Volks pretende reduzir de 16 mil para cerca de 9 mil operários. Nesse final de mês colocará na rua 700 trabalhadores, depois de reduzir jornada e salário. Outras montadoras como a Fiat não escapam ao problema.

As multinacionais estão prontas para produzirem 3,2 milhões de veículos por ano e são obrigadas a manter uma ociosidade de mais 40% e constantemente reduzir ainda mais os custos de produção, que envolvem demissão e achatamento salarial. Esses dados provam que o capitalismo não tem como planejar a economia e resolver a anarquia da produção.

Os efeitos dessas medidas são sentidos na pele pela classe operária. O proletariado tem travado lutas heróicas contra a burguesia nacional e estrangeira. Porém, padece de uma direção revolucionária capaz de unificar a maioria nacional contra a opressão social e nacional.

## A burocracia sindical é colaboracionista

As direções sindicais estão cada vez mais submissas aos planos governamentais e as ordens das multinacionais. A Força Sindical é abertamente pró-imperialista e nada fará para conter os ataques das montadoras sobre a classe operária. A CUT segue a linha do PT, a de bloquear a unidade e ação direta dos trabalhadores contra o patronato. Os exemplos dos recentes acordos assinados com a Volks, Scania etc mostram bem o papel colaboracionista da direção reformista/petista. O mesmo se passou com a exigência do fim dos direitos trabalhistas onde se

mostrou vendida perante as multinacionais e governo.

A CUT disse que fará uma greve geral em março. Porém, nada de concreto está sendo feito para que haja uma potente greve geral. Provavelmente, o anúncio servirá de pressão para barganhar alguns direitos trabalhistas no Congresso e amenizar o ataque das montadoras sobre o emprego.

As condições objetivas para um levante da classe operária contra o desemprego, baixos salários, fim das conquistas sociais estão dadas. O que falta é uma direção capaz de impulsionar o instinto de classe do proletariado. Essa é uma tarefa urgente da vanguarda consciente, que se inicia com a construção das verdadeiras comissões de fábrica.

Os trabalhadores terão de reagir contra o desemprego e o rebaixamento salarial. Estão colocadas as reivindicações que de fato defendam o trabalho e o salário: escala móvel das horas de trabalho, reposição de todas as perdas, retomada de todas as conquistas sociais, salário mínimo real e controle operário da produção.

## O reformismo dá provas de que se tornou pró-imperialista

O reformismo está historicamente esgotado na fase imperialista do capitalismo, pois é quando não há mais condições materiais de prosperar sobre a base de migalhas e reformas que alimentem as ilusões nas massas, inviabilizadas pelo esgotamento histórico do modo de produção capitalista. Este subsiste sobre a base de guerras e destruição em larga escala das forças produtivas. A tendência de toda variante reformista na atual etapa histórica é a de concluir como corrente reacionária, pró-imperialista, contra-revolucionária.

O reformismo petista não poderia ser exceção. Desde o princípio, o POR tem afirmado que o destino do reformismo petista seria acabar abraçando a política

ditada pelo imperialismo, desde sempre assimilada pela burguesia nativa. A inviabilidade de sua política de desenvolvimento capitalista do mercado interno e sua necessidade de formular a tática frentepopulista para alcançar a direção do Estado capitalista o levaria para posições pró-imperialistas.

No último período, o reformismo petista tem tomado posições que mostram que essa tendência está se concretizando. O apoio do PT aos EUA na guerra imperialista contra o oprimido Afeganistão, a ação de seus principais dirigentes sindicais para estabelecer um acordo com a Volkswagen e abrir as portas para a destruição dos direitos trabalhistas e uma ofensiva inédita contra os salários e empregos, a vota-

ção do orçamento federal de 2002 de acordo com as diretrizes imperialistas e preservando o salário mínimo miserável de 200 reais, a redução das verbas da educação pela prefeitura petista em São Paulo de 30% para 25%, atendendo as exigências dos credores, são provas de sua adesão às diretrizes impostas pelo imperialismo.

As traições do reformismo à classe operária e aos trabalhadores em geral reforçam a necessidade de combatê-lo junto às massas e trabalhar pela construção do partido revolucionário, instrumento indispensável para que elas conquistem a independência política diante da burguesia e rumem para a destruição do capitalismo em decomposição.

## Ano Novo, Problema Velho: Enchentes

A virada do ano ocorreu com enchentes em várias partes do país, destacando-se a mais grave do Rio de Janeiro, com quase uma centena de mortos.

As chuvas de 2001 superaram recordes históricos de mais de 60 anos. Que foram usadas como explicação pelos governantes para as catástrofes. Os mesmos que vieram há alguns meses reclamar da falta de chuvas para montar a farsa do apagão de energia elétrica voltaram agora para reclamar do excesso de chuvas, que causa mortes e desabrigados.

O cinismo é tanto que se chega a criticar os moradores, que instalam suas casas em locais de risco de desabamento.

Os canalhas, como FHC, dão suas desculpas esfarrapadas e propõem... no-  
4 — MASSAS — de 14 a 27 de janeiro de 2002

vos impostos!!! Como a de taxar a produção de petróleo, supostamente para arrecadar fundos para combater as enchentes. A verdade é que querem mais dinheiro para entregar aos banqueiros e roubar. E quem pagará as contas no final serão os mesmos assalariados, que moram nos chamados locais de risco.

A moradia em locais perigosos é consequência do avanço da miséria. Sem ter condições de pagar os altos aluguéis com salários arrochados, isto para que tem emprego, os trabalhadores são obrigados a se refugiar nas encostas dos morros, onde ninguém mais quer ir morar, em barracos. A falta de estrutura dos locais é de responsabilidade dos governantes, que não destinam verba pública

para qualquer melhoria das condições de vida da população mais oprimida. O desastre é completado pelos danos ambientais causados pelas indústrias dos capitalistas, pela devastação da natureza no campo (principalmente Amazônia) e pelos veículos automotores. Os moradores sofrem e arcam com tudo.

A solução para esses problemas está na luta, que vai desde as reivindicações mais imediatas, como a realização de urbanização nos bairros operários mais carentes, a implantação do salário mínimo real, o pleno emprego, a moradia popular, até a luta pela destruição do capitalismo e implantação do socialismo, a fim de impor um planejamento e racionalização do uso dos recursos naturais.

# Imposto de Renda: governo mantém confisco sobre a classe média

A tabela de descontos do Imposto de Renda estabelece o quanto de imposto cada assalariado paga ao governo, de acordo com sua faixa salarial. Há um piso, abaixo do qual não se paga nada; e há faixas, que estabelecem porcentagens cada vez maiores de acordo com o salário, chegando a 35%. Por isso é que esse imposto recai principalmente sobre a classe média e sobre a camada de operários de maior remuneração.

O governo não tem reajustado essa tabela há 6 anos. Como somente a inflação oficial foi de 35%, a tabela do impos-

to de renda está defasada pelo menos em 35%. O que quer dizer que os assalariados estão pagando mais impostos ao governo, porque se a tabela fosse corrigida, estariam pagando menos.

Os partidos governistas, temendo os efeitos da alta de impostos sobre os salários nas eleições deste ano, fizeram um acordo com a oposição petista para votar um reajuste de 17,5% nessa tabela, o que significa manter metade da atual defasagem, em benefício da arrecadação governamental. Mas nem isso o capital financeiro, que se alimenta desses im-

postos, admite: mandou o marionete FHC vetar a decisão do Congresso e estabelecer regras que permitam manter mais este confisco salarial via imposto.

Os trabalhadores devem dizer não ao confisco de FHC ditado pelos banqueiros e não ao conchavo eleitoreiro entre base do governo e oposição petista, que preserva parte do confisco.

A política do POR é: nenhum imposto aos assalariados, que só os ãocapitalistas paguem.

## Rondônia

# XVI Congresso Estadual do MST de Rondônia

No mês de dezembro, aconteceu na cidade Mirante da Serra o Congresso Estadual do Movimento Sem-Terra. Este esteve sob a linha política do PT e marcado por intervenções que expressavam a defesa petista das eleições de 2002.

A primeira palestra, dia 15, teve como tema: "Análise da Conjuntura Nacional e Internacional", feita por Santim (membro da direção nacional do movimento e militante do PT). A segunda, "Análise da Conjuntura Estadual", realizada por José Neumar, militante petista e possível candidato a governador do Estado de Rondônia.

O conteúdo desses debates estava centrado em torno da candidatura de Lula para a Presidência da República em 2002 e o estabelecimento do governo democrático e popular, como solução para os problemas dos camponeses e dos oprimidos.

Tudo estava orquestrado para não fugir desse caminho previamente traçado pela coordenação do congresso. As intervenções foram abertas para o plenário, porém deveriam seguir o mesmo conteúdo das palestras.

A única intervenção divergente, feita pelo POR, que enfatizou a revolução agrária como parte da revolução proletária e criticou a conduta das direções cunistas em não trabalhar a unidade das

lutas e o método da ação direta (greves, ocupações etc), causou a fúria dos organizadores do Congresso e militantes petista. Chegaram ao ponto de exigir a expulsão.

Essa conduta expressa bem o controle político que o PT exerce sobre o MST. Não admite divergências. Expulsa companheiros oponentes. Impede a distribuição de boletins de partido marxista. Elimina da democracia operária dos congressos e impede a elevação da consciência dos camponeses.

### Fúria dos organizadores

O Boletim distribuído pelo POR tinha como essência a defesa da revolução agrária como parte da revolução social, a aliança operária e camponesa para a expropriação do latifúndios e dos meios de produção na cidade e no campo, a organização dos comitês de auto-defesa, os tribunais populares para julgar e punir os crimes da burguesia contra os trabalhadores e abolição de toda a legislação anti-greve, punitiva e dos órgãos repressivos do Estado, a exemplo da Lei de Segurança Nacional, Abin etc. Denunciava a violência no campo, mostrando que só em Rondônia existiam 203 conflitos e 44 assassinatos, no período de 1985 a 2000.

E que os latifundiários, com a UDR, seus jagunços armados e os órgãos repressivos do Estado, permanecem sedentos para eliminar a luta camponesa pela terra. Criticava a linha do reformismo petista de solução do problema da terra através da eleição de um governo democrático e popular. E apontava o caminho da ação direta como a única via para destruir o Estado burguês e realizar a reforma agrária.

Esse conteúdo provocou a fúria dos coordenadores do Congresso. Chegaram ao ponto de exigir a retirada das faixas e dos militantes.

O forte controle exercido sobre a militância do MST impediu que estes pudessem ouvir a opinião dos que se opõe ao reformismo petista. Essa conduta nada tem a ver com a democracia operária. Os coordenadores têm de estar atentos aos politiquieiros da burguesia e os agentes do Estado que se posam de democráticos para solapar a luta dos camponeses. Estes sim devem ser expulsos, porque não fazem parte dos explorados. Estão a serviço da burguesia e de seu governo capitalista.

Os companheiros de base do MST devem condenar os métodos antidemocráticos de suas direções e defender a democracia operária.

## PSTU se rende à campanha eleitoral

O último número do jornal "Opinião Socialista" de 2001 aponta que há duas grandes questões para os trabalhadores em 2002: a greve geral marcada para março contra a reforma da legislação trabalhista (destruição dos direitos) e a campanha por um plebiscito contra a ALCA.

A greve geral marcada pela direção da CUT para março é, na verdade, uma válvula para atenuar o descontentamento popular contra a destruição dos direitos trabalhistas. Por isso mesmo, nada indica que a burocracia sindical preparará os sindicatos para a luta nacional e unitária dos explorados. O governo vem fazendo campanha pela destruição desses direitos há meses e a direção da CUT não chama a luta nas fábricas contra isso. Muito pelo contrário, sua atitude foi a de negociar a abertura da primeira porta para viabilizar a destruição desses direitos, na Volkswagen. O acordo defendido pela direção sindical cutista (Marinho) é uma traição aos trabalhadores da Volks e à classe operária em geral. E foi obtido pela quebra da greve e terrorismo contra os operários dispostos à luta.

A luta grevista contra a reforma trabalhista deveria ter sido chamada durante a luta grevista do ano passado. Convocar uma greve para depois da aprovação das medidas no Congresso serve apenas para atenuar o descontentamento operário. O PSTU se cala quanto a isso, pois está implorando para o PT lhe receber numa frente eleitoral.

Na questão da ALCA o papel do PSTU é ainda mais vergonhoso: enaltece os encontros reformistas "Jubileu 2000" e a "Conferência Nacional para debater

Bases para um Projeto Popular para o Brasil", realizados no final de 2001. Suas conclusões são as de fazer campanha por um programa mínimo (Não à Alca (inclusive, não aceitar participar das negociações); ruptura com o FMI e não pagamento das dívidas externa e interna; reestatização – sem indenização – das estatais privatizadas; não à Lei de Responsabilidade Fiscal (contra qualquer lei de blindagem financeira e/ou institucional); reforma agrária; redução da jornada sem redução do salário; demarcação das terras indígenas.), entendido pelo PSTU como distinto daquele programa de governo do PT. A enganação da base militante é feita com jogo de palavras: "Há, certamente, inúmeras diferenças estratégicas entre os diversos agrupamentos, há também desconhecimento ou debates inconclusos sobre possíveis acordos ou diferenças. Mas há acordo mais que suficiente para uma ação e apresentação de uma plataforma mínima comum para os trabalhadores e o povo." Vemos que o PSTU omite as posições do PT totalmente contrárias inclusive aos pontos do programa mínimo apresentado pelo PSTU para a frente. Por outro lado é como se os pontos desse programa mínimo servissem para organizar a luta direta de massas contra os capitalistas e seu governo. Mas qual a conclusão prática desse encontro? Resposta: fazer um plebiscito sobre a ALCA.

O que significa isso? Fazer uma campanha pela atitude passiva e submetida ao parlamentarismo burguês de depositar uma cédula contra a ALCA numa urna dos partidos dessa frente, que tem por estratégia a eleição de Lula à Presi-

dência. Ao invés de fazer uma campanha pela luta grevista partindo das reivindicações das massas e pela mobilização de rua, essa frente fará um plebiscito morno que servirá apenas para os objetivos eleitorais.

Certamente, se os trabalhadores seguirem os conselhos do PSTU, acabarão tendo seus direitos trabalhistas destruídos e vendo a implantação da ALCA sem resistência operária e popular.

A síntese da política do PSTU está definida numa frase de seu "quase" candidato à presidência: "É fundamental debater e massificar um programa anti-imperialista e anticapitalista para o Brasil, lutando e exigindo que o PT rompa com a burguesia e conforme uma Frente dos Trabalhadores para as lutas e as eleições." O PSTU não se coloca por uma frente única antiimperialista, de combate e soba a direção da classe operária, mas por uma frente eleitoral, cujo objetivo é o de se aproximar do PT.

O programa do PT está definido em linhas gerais. É um programa burguês de gerenciamento da crise capitalista, antioperário e antipopular, pró-imperialista. As negociações de Lula e da cúpula petista para formar a frente eleitoral que o sustentará levarão esse programa ainda mais para a direita. Defender que é possível que esse partido (PT) e esse candidato (Lula) possam assumir na atualidade uma posição antiimperialista e anticapitalista é enganação destilada. Serve apenas como uma cobertura (muito ruim) para a posição seguidista do PSTU em relação ao PT.

## Resumo das obras completas de Guilherme Lora

Apresentamos a seguir a continuação do resumo dos livros das Obras Completas de Guilherme Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las às sociedades.

### Volume XXV (1969-1970)

Este Tomo discute o problema das guerrilhas na transcrição de 2 folhetos: "Revalorização do Método das Guerrilhas" e "Notas sobre a Revolução na Revolução de Regis Debray" criticando o foquismo. Mostra também toda a problemática do trabalho sindical clandestino num regime fechado em "O Gorilismo e os Sindica-

tos Clandestinos", uma pequena "História do POR" de 1969, além das conferências "Igreja e Realidade Nacional", comentando o papel da igreja nas lutas sociais e "O Movimento Operário Boliviano" comentando as características do sindicalismo boliviano..

Um texto teórico importante deste tomo é "Marx e a Teoria da Revolução Permanente"

## Aos delegados do XXVIII Congresso:

**Enfrentar o desemprego, o esmagamento salarial, a privatização da educação, o fim dos direitos trabalhistas e a lei antigreve com a luta direta e de massa**

A burguesia e seu governo descarregam a crise econômica sobre as massas trabalhadoras. Seguem os passos traçados pelos credores imperialistas, que ampliam o saque sobre o país, destroçam os mecanismos de defesa da débil economia nacional e submetem a nação a uma maior dependência ao capital internacional. Os efeitos provocam uma concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e a miséria crescente na maioria da população.

Com a centralização das diferentes frações da burguesia em torno da aplicação do Plano do FMI, FHC pôde ir fundo nas medidas pró-imperialistas. Retirou os mecanismos protecionistas contidos na legislação do Estado para viabilizar as reformas da Previdência, educação e trabalhista e desnacionalizar o país. Porém, fracassou no intento de manter unida a frente burguesa, que se esfacelou diante da enorme corrupção e dos impactos causados pelo Plano Real. Hoje, procura a todo custo manter em pé os partidos da aliança governamental para substituí-lo e dar prosseguimento às diretrizes antinacionais e antipopulares.

A aplicação desse Plano só foi possível porque não houve resistência coletiva das massas trabalhadoras. A quebra da greve dos Petroleiros (1995, início do Plano FHC) impediu que houvesse a unidade operária grevista e demais oprimidos contra as medidas de fome, miséria e desemprego. A crise do Plano Real, em 98, não aproveitada pelos explorados. A greve da Ford (final de 98) contra as demissões foi contida pela direção sindical, impedindo que servisse de estopim para o descontentamento generalizado contra o Plano FHC. Da mesma forma, a luta dos funcionários públicos (educação, previdência e judiciário), com greves longas, não resultou na unidade grevista contra a reforma privatista e o desemprego. As direções sindicais, com diferenças de graus, mantiveram os

movimentos isolados, canalizaram para as falsas pressões no Parlamento e buscaram a conciliação de classe. O acordo de redução de jornada e salário e demissão assinado entre a Volks e a direção cutista atesta a conduta da burocracia dirigente. O tratamento dado às inúmeras greves dos professores contra o arrocho salarial e a privatização da educação não foge a regra. Prevaleceu a linha divisionista e corporativa da burocracia sindical. Linha esta que facilitou o avanço das medidas por parte do governo e aprofundar a conduta colaboracionista da direção sindical.

Nesse congresso, a militância consciente deve rechaçar a política das direções. A experiência com essa política já cravou fundo na vida dos assalariados. É necessário aprovar o caminho do enfrentamento e da unidade das massas trabalhadoras contra os Planos governamentais. Defender as reivindicações mais sentidas da classe, como o emprego, reajuste imediato de salário, salário mínimo de R\$2000,00, fim das privatizações e reestatização das já privatizadas e escola única (único sistema estatal de ensino, sob o controle dos trabalhadores), laica e científica (voltada à produção social). Portanto, se colocar integralmente contra as reformas neoliberais.

### **Opor-se à farsa da "construção de um projeto alternativo"**

Com o nome de "Construir um outro projeto para o Brasil", a direção da CNTE chama os delegados a se colocarem pela "construção de um projeto político alternativo para o país". Critica a via neoliberal do governo FHC como causadora da "desestruturação produtiva", do desemprego, de uma "educação pública de aparência" e sucateamento dos serviços públicos. Indica que a superação do "caos" exige a unificação dos "excluídos", a "mobilização solidária" para "além das necessidades específicas de cada setor". E, conclui, que é necessário "combinar a luta imediata por direitos a uma retomada mais profunda de noções básicas de ética, democracia e

participação popular, em direção a uma sociedade solidária, justa e com distribuição de riqueza e oportunidades".

Essa linha está em conformidade à política do reformismo petista, que tem por essência a eleição de um governo responsável pela aplicação de um "outro projeto", pretensamente diferente do neoliberal. Uma "alternativa" para o capitalismo em crise, adaptada às condições do Brasil e sem se chocar conseqüentemente contra o capital imperialista. Esse caminho de procurar ocupar um lugar de centro-esquerda na política burguesa obriga o PT e as direções sindicais, sob sua política, a afastar o choque de classe entre o capital e o trabalho e a utilizar os sindicatos, a CUT e a CNTE para negociar demissões, redução de jornada com redução de salário, eliminação de direitos e emendas à reforma privatista educacional e outras. Não por acaso, a CNTE tem como estratégia uma "sociedade solidária e justa". Nem em palavras (o que fizeram no passado) são capazes de defender o fim do capitalismo e a instauração do socialismo.

Os militantes de base devem se opor a essa política de adaptação ao capitalismo, mascarada pela "sociedade solidária e justa", que inclua os "excluídos", e aprovar a estratégia revolucionária para solucionar os problemas da maioria oprimida.

### **Colocar-se pela luta antiimperialista e anticapitalista**

A luta contra o desemprego, arrocho salarial e destruição da educação pública é o ponto de partida para organizar o movimento de massa contra a diretriz pró-imperialista do governo FHC e o colaboracionismo da burocracia sindical. Deve estar vinculada à estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

O Congresso deve aprovar a unidade grevista para pôr abaixo as medidas antinacionais e antipopulares e o governo burguês.

Erguer a luta antiimperialista para unir os explorados em torno do programa proletário da revolução social. So-

mente este objetivo poderá levar esse movimento à luta pelo poder operário e camponês e afastar o domínio burguês sobre as massas, controladas pelas ilusões democráticas e mecanismos partidários-eleitorais.

Opor às frentes populares, eleitoreiras, e aprovar a frente única antiimperialista para pôr em ação do programa da classe operária.

Rejeitar o método parlamentar burguês e aprovar o método da ação direta como genuíno dos trabalhadores.

Implementar desde já a greve geral contra o governo FHC/FMI, constituindo os comitês de mobilização a partir dos locais de trabalho e nos bairros.

Condenar a guerra imperialista dos Estados Unidos contra as nações oprimidas e o intervencionismo militar na Co-

lômbia e outros países semicoloniais.

Colocar-se ao lado dos trabalhadores argentinos para pôr abaixo os Planos de saque do imperialismo.

Que o Congresso aprove essa linha e passe a trabalhar: 1) organizar uma frente única antiimperialista sob a base desses pontos; 2) desenvolver a defesa da unidade operária e camponesa; 3) preparar a greve geral

## XXVIII CONGRESSO DA CNTE:

# É necessário romper com eleitoralismo e com o apoio à frente popular

## Impulsionar O Movimento grevista para barrar a reforma educacional

### INTRODUÇÃO

Apresentamos abaixo as principais polêmicas que a Corrente Proletária da Educação (tese 2) travará com a tese da Articulação Sindical, corrente majoritária que dirige a CNTE, neste congresso.

### INTERNACIONAL

Em sua tese, com relação à economia, A Articulação Sindical reconhece que há um "fracasso do projeto neoliberal como alternativa de desenvolvimento", porém acoberta que isso ocorre no modo de produção capitalista e na sua fase atual que é a imperialista. Dessa forma, não afirma que é uma crise estrutural do modo de produção e deduz que pode haver dentro do capitalismo um outro modelo econômico, que consiga ser menos "desumano" e "mais democrático". Opomo-nos a tal caracterização porque a crise é estrutural, em função da sua contradição entre a alta capacidade produtiva bloqueada pelas relações de produção de caráter privado, ou seja, as forças produtivas (trabalho humano e tecnologia) têm crescido (e tendem a crescer ainda mais) porém se chocam com a grande propriedade burguesa dos meios de produção (as multinacionais/o grande capital). Logo diante desta contradição, que leva às crises de superprodução, a burguesia imperialista para resolvê-las, destrói parte das forças produtivas (desemprego em massa, fechamento das fábricas, destruição de postos de trabalho etc). Além disso, sobre os países de economia atrasada, amplia a opressão nacional e social, implanta os planos neoliberais, aumenta o intervencionismo econômico e militar.

O resultado dessa política, além de não resolver a crise dos países imperialistas, destrói as débeis economias, a exemplo da Argentina.

Na fase imperialista não há livre concorrência e, muito menos, integração das economias atrasadas "com regras reguladoras" por seus governos, como afirma a tese 10. As regras que

prevalecem são as ditadas pelos monopólios/capital financeiro e estados imperialistas. Por isso não pode haver um Mercosul com independência ou países oprimidos independentes, como afirma a Articulação para se opor à Alca. As burguesias semicolônias não podem unificar os países para desenvolver cooperativamente as forças produtivas, pois está fadada a se curvar diante do domínio imperialista. A necessidade de integração das economias atrasadas para fazer frente ao controle do mercado mundial pelas potências choca-se com as fronteiras nacionais, que são violadas apenas pela força dos monopólios. Portanto somos contrários tanto a ALCA como ao Mercosul.

Com relação às lutas dos trabalhadores, limitou-se a mostrar as manifestações populares pacifistas contra o neoliberalismo, tendo como eixo "qualidade de vida" para atingir as dimensões da cidadania. Defendeu o Fórum Social Mundial (social democrata), atribuindo as insatisfações populares como parte da luta por uma "sociedade mais justa". Omitiu as lutas de resistência operária por serem ações radicalizadas, o método da ação direta. Isso porque prioriza o método pacifista por ser tática da sua estratégia eleitoral frente-populista, para atingir um dia a utopia de um "mundo melhor". Daí submete os sindicatos e movimentos a essa meta.

Com relação à guerra do Afeganistão, a Articulação afirma que a invasão é um revide ao atentado terrorista. Condena o terrorismo e a violência, principalmente a de Estado, e defende a campanha da paz. Contrapomo-nos a essas afirmações. Primeiro, porque o atentado usado pelo terrorismo nacionalista serviu de estopim para os EUA aumentarem o intervencionismo bélico na região asiática. Usando o pretexto (e não revide) do ataque terrorista os EUA arrastaram as potências e países semicoloniais para o objetivo estratégico de ampliar seu domínio mundial. O ódio antiimperialista das massas terá de ser focado, às custas de massacres. Em segundo lugar, porque condena o terrorismo em geral, e portanto omite que os EUA exercem o terrorismo de Estado sem precedentes na história. Em terceiro lugar, condenar a violência em geral e defender a



campanha da paz, significa combater a violência revolucionária das massas contra a violência reacionária do Estado capitalista. Por último, a posição de neutralidade no conflito só fortalece o imperialismo.

Defendemos :

- Nenhum apoio à ação bélica das potências contra o Afeganistão;
  - Nenhuma punição ou condenação aos terroristas pelo imperialismo;
  - A constituição da frente única antiimperialista como instrumento para aglutinar as massas oprimidas contra a ofensiva do imperialismo e da burguesia subserviente. A frente única antiimperialista, deve se colocar sob a base do programa e métodos da classe operária.
  - Unidade das massas trabalhadoras contra a guerra imperialista. Trata-se da luta antiimperialista, em defesa dos povos e nações oprimidas;
  - A bandeira da auto determinação dos povos, fim do saque e a opressão nacional e social e a luta pela revolução proletária;
  - Derrubada do sistema capitalista e implantação do socialismo através da revolução social.
  - A luta pela construção do partido revolucionário, como caminho para superar a crise mundial de direção.
- 8) Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

## II - NACIONAL

A Articulação Sindical, afirma que "a crise do governo FHC é ética e moral e que junto com a crise de modelo, forma o tripé que massacra o povo brasileiro". Que a superação do caos ... depende da grande articulação entre os diversos setores que compõe a sociedade dispostos a fazerem mudanças que nos levem rumo a um país justo e solidário" .. que na "campanha 2002 haverá uma disputa do projeto de sociedade que interessa aos trabalhadores" ...devemos "comprometer a esquerda com a pauta dos trabalhadores ...".

Como a Articulação afirma ser possível um "novo modelo dentro do capitalismo" logo não é preciso destruí-lo e nem tirar a burguesia do poder através da revolução. Basta trocar o governo através das eleições, por um governo democrático-popular. Daí sua tática de participar dos organismos da burguesia, parlamento, eleições etc , mantendo o regime de exploração do trabalho e desviando as massas de sua missão histórica da tomada do poder.

Não é à toa, que a tese esconde que todos os governos (estaduais/ municipais) seguem a política imperialista, que aplicam a Lei de Responsabilidade Fiscal, que cortam os orçamentos, demitem o funcionalismo, arrocham salários, pagam as dívidas em dia e atacam os trabalhadores, a exemplo da prefeitura petista de SP. Isso mostra que não existe um setor da burguesia nacional que seja "progressista" a ser substituído em 2002 . Ludibriam com a ilusão de que é possível desenvolver as forças produtivas internas e amenizar a fome e a miséria de milhões de trabalhadores sem se chocar com o imperialismo e seu sistema de exploração do trabalho. Não lugar de defender os métodos genuínos da classe operária (ação direta), arrastam os trabalhadores para a via parlamentar eleitoral como solução dos grandes problemas.

Com relação à crise ética e moral, iludem também que é pos-

sível ser combatida nos marcos do parlamento burguês, com as CPIs fraudulentas. O que é falso, pois a corrupção é inerente ao sistema capitalista e só será julgada e banida pelos próprios trabalhadores, através dos Tribunais Populares e não por organismos da burguesia corrupta.

Defendemos:

- A estratégia da revolução e ditadura proletárias, como a única via para emancipar as massas oprimidas do jugo do capital;
- A expropriação revolucionária do grande capital e o estabelecimento da propriedade coletiva dos meios de produção;
- A condenação da política de reformas ao capitalismo defendida no Forum Social Mundial e pelos reformistas do PT/CUT/NTE;
- A derrubada integral dos planos de fome e miséria do governo pró-imperialista de FHC;
- A unidade da classe operária e demais oprimidos para impor com seus próprios métodos (a ação direta) as reivindicações essenciais: salário mínimo de R\$ 2000,00; escala móvel de reajuste salarial e de horas de trabalho; expropriação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses pobres; saúde , previdência e educação inteiramente gratuitos; impostos e tarifas somente para os exploradores;
- Não pagamento da dívida externa. Reestatização das empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores;
- Formar os tribunais populares, organismos de luta das massas oprimidas para julgar e punir os capitalistas, seus governos e partidos;
- Contra a Frente Popular dirigida pela burguesia, constituir a frente única antiimperialista, dirigida pela classe operária, como via de unidade das massas exploradas para pôr abaixo o governo e expulsar o imperialismo.

## III- EDUCACIONAL

A CNTE apesar de criticar os efeitos dos "ajustes na educação elaborados por imposição do Banco Mundial, através da LDB, Plano Decenal, Emenda 14, Fundef, PNE" mantém a política "propositiva" de emendas aos projetos governamentais e pressões parlamentares. Defende um plano que julga ser alternativo ao do governo, "emancipador, democrático, de qualidade social e transformador"- PNE das Entidades e recentemente o do governo PNE de ajustes neoliberais , mas sem os vetos de FHC. Considera que a ... "ampliação das matrículas no ensino fundamental constitui-se num dado promissor, ... só com melhoria dos dados de permanência e qualidade da escola podemos festejar... Assim o eixo de luta: não adianta tapar o sol com a peneira: além de vagas exigimos qualidade".

A Articulação avalia que é possível executar um plano educacional dentro do capitalismo que seja benéfico para os trabalhadores, respeitando a legislação burguesa e o Parlamento. Como isso não é possível é obrigada a fazer constantemente remendos nos planos neoliberais. Foi assim quando assinou o Plano Decenal e por isso não pôde se opor integralmente à farsa do Fundef . É por isso que considera pontos positivos na LDB privatista, não defende o ensino público em todos os níveis para todos e que não se opõe radicalmente a imposição do ensino religioso. E finalmente, corre atrás do PNE do governo e não chama os trabalhadores a derrubar a reforma educacional.

Assim engana os trabalhadores com a possibilidade de vagas, permanência e qualidade de ensino dentro do capitalismo, sob um novo governo eleito, o da frente popular.

Opomo-nos a essa falácia, defendendo:

- Combate a reforma privatista do governo e a farsa armada pela direção sindical. Organizar a mobilização nacional contra o conjunto das reformas pró-imperialistas, onde a da educação é parte;
- Aprovar o fim da rede privada de ensino e a estatização de todo o sistema, sob o controle dos trabalhadores;
- Rejeitar o ensino religioso e defender a escola laica;
- Lutar pela escola única politécnica do trabalho, uma escola vinculada à produção social;
- Pela autonomia integral do ensino, nenhuma ingerência do Estado e da Igreja na educação.

### SINDICAL

A Articulação Sindical afirma que ... “transcender o âmbito exclusivo das relações de trabalho para buscar saídas ... sem a concretização de um projeto de desenvolvimento nacional que possibilite o enfrentamento da questão social em bases democráticas ... a tão sonhada democratização das relações de trabalho continuará ficção” ... “os sindicatos terá maior presença no debate sobre grandes temas a partir de 2002 ..”

Está aí a submissão dos sindicatos à frente popular para promover, segundo a Articulação, a democratização nas relações de trabalho. Isso é o maior engodo que essa burocracia pode oferecer, porque jamais haverá democratização nas relações de trabalho no sistema de exploração. Tanto é verdade que mesmo num governo de frente popular, a exemplo de SP, a

tal democratização significa enrolar e enganar os trabalhadores com a conversa fiada de “diálogo constante”, mas o resultado é o arrocho salarial.

Na realidade, a estratégia da direção da CNTE/CUT é a do governo democrático popular. Os resultados são cada vez mais nefastos para os trabalhadores. A política de não enfrentamento direto e de não unidade grevista para resistir aos ataques de FHC só puderam acumular miséria, desemprego e fome de milhões. O governo continua de mãos livres para impor mais sangria às massas assalariadas. Os sindicatos/CUT/CNTE foram colocados a serviço da política do reformismo petista e acabaram facilitando a imposição das medidas antinacionais e antipopulares do governo. A burocratização das direções e o colaboracionismo atingiram em cheio os organismos dos trabalhadores anulando sua principal função que é a defesa da vida dos assalariados.

### Defendemos:

- A luta contra a burocratização da CNTE/CUT;
  - O fim do assistencialismo e do colaboracionismo de classe;
  - A erradicação da corrupção política e material praticada pela burocracia sindical;
  - Um sindicato de luta de classe para enfrentar o estado burguês, apoiado na mais ampla democracia operária;
  - Independência sindical frente ao Estado e aos partidos burgueses e reformistas/frente populistas;
  - Que a CNTE se apoie o método de luta próprio dos trabalhadores (ação direta) e rechace os métodos burgueses/reformistas (pacifismo eleitoral).
- 7) Contra as marchas distraçionistas de pressão parlamentar, pela construção da greve geral para derrubar a reforma neoliberal.

## Conferência do POR sob a bandeira do marxismo-leninismo-trotskyismo

Nos dias 5 e 6 de janeiro, o POR realizou sua 5 Conferência Nacional. Corresponde ao esforço de elaboração coletiva da análise e posições, de acordo com a concepção leninista de funcionamento do partido.

O POR assenta na unidade teoria e prática. Combate a divisão entre os que pensam e os que fazem. O conjunto do partido é responsável pela elaboração do programa e da linha política, por responder os problemas da luta de classe, extrair as lições, aplicar o marxismo (materialismo histórico e dialético) e transformar a experiência em teoria.

Desde o início da constituição do POR, partimos da premissa de que o partido é programa. A crise de direção tem a ver com a ausência do partido-programa no seio da classe operária. A tarefa consiste em construir o partido no combate diário dos trabalhadores elaborando o programa.

As inúmeras correntes que se reivindicam do marxismo (leninismo-trotskyismo) não dão o devido valor ao programa e, via de regra, o consideram uma lista de reivindicações e análises conjunturais. Desconhecem a necessidade de revelar as leis históricas do capitalismo, sua formação no Brasil, as classes e tarefas transformadoras. A estratégia da revolução e ditadura proletária não comparece como espinha dorsal de suas posições. Também, via de regra, separam as tarefas democráticas e antiimperialistas da revolução socialista (proletária).

Ao contrário, o POR em seus Congressos e Conferências tem se esmerado em fundamentar sua compreensão da realidade no método do Programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, que estiveram sob a direção de Lênin, e do Programa de Transição da IV Internacional, deixado por Leon

Trotsky. Formam um conjunto que expressam a luta internacional da classe operária e as conquistas do marxismo. É por isso que o POR se identifica plenamente com a teoria e o programa construído pelo marxismo-leninismo-trotskyismo.

### Comprovação do fundamental da linha partidária

Uma nova Conferência ou Congresso tem de responder crítica e autocríticamente se as análises e posições anteriores foram testadas pelo processo econômico, social e político; se o partido atuou de acordo com o fundamental da linha traçada; e se a luta de classe confirmou as bandeiras e a tática do partido. É por esse caminho que a nova Conferência faz o ajuste e correção das posições.

Os documentos apresentados foram: 1. Sobre a situação internacional; 2. So-

bre a situação nacional; 3. Balanço de atividade e problemas organizativos.

A Conferência verificou a necessidade de se fazer adendos aos documentos sobre a situação nacional e internacional. A partir da discussão, aprovou-se uma série de resoluções e recomendações organizativas. Foi testada a análise de que o capitalismo avança em sua decomposição, incorporando fatos novos, como a ofensiva do imperialismo em todo mundo, marcado pela guerra dos EUA contra o Afeganistão.

A falência da Argentina e o levante de massa estiveram no centro das discussões sobre a América Latina. Procurou-se analisar as diferenças e semelhanças com a crise no Brasil. Verificou-se a necessidade de superar a crise de direção. Tarefa que está nas mãos do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O isolamento das seções mostra sua fragilidade. Fator que deve ser analisado crítica e autocriticamente, de forma a fortalecer a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Já nos acontecimentos da Bolívia o problema se apresentou e agora na Argentina.

Fez-se um balanço do fracasso do Mercosul e da impossibilidade das burguesias semicoloniais alcançarem a unidade anti-imperialista do continente saqueado e

oprimido. Discutiu-se os fundamentos históricos e programáticos da estratégia da IV Internacional de "Estados Unidos Socialistas da América Latina".

A relação indecomponível da luta antiimperialista e anticapitalista foi motivo de análise, fundamentação e de tática. Reafirmou-se o valor prático da Frente Única Antiimperialista, negado por todas correntes, e sua inteira incompatibilidade com a tática de colaboração de classe, com a frente popular, dos reformistas e estalinistas. Também sua diferenciação com a tática eleitoralista e de adaptação ao PT da "frente de esquerda", "frente dos trabalhadores" e "frente por candidaturas socialistas".

Um outro ponto alto da 5 Conferência foi a análise do ataque da burguesia à vida das massas e o desenvolvimento das lutas. Discutiu-se como desenvolver as reivindicações econômicas em conformidade com a estratégia da revolução. Qual a situação do movimento operário e camponês, a política das direções reformistas e as tarefas para quebrar o cerco montado contra a unidade operária e camponesa.

No interior desses problemas, foram dados os informes organizativos da direção e das regionais. Foi analisado o problema do crescimento do partido e a

necessidade de ampliar a divulgação do jornal Massas, bem como avançar no trabalho de propaganda com folhetos e a revista Socialismo Científico.

Reconheceu-se a debilidade de transformar o aumento da influência política do POR nos movimentos em fortaleza organizativa. A penetração no movimento operário é a chave de todo problema. O partido como um todo se dedicará a essa tarefa. Essa foi uma conclusão essencial da Conferência.

Criticou-se a tendência ao economicismo sindicalista presente em algumas regionais. Verificou-se que se trata de inexperiência, mas que pode se tornar um obstáculo ao partido se não for sanada. Nesse sentido, foram deliberadas tarefas, que deverão ser acompanhadas e avaliadas sistematicamente pelo conjunto do Partido.

Enfatizou-se a importância dos cursos de formação política, que hoje é praticado por todas regionais, ainda que de maneira desigual.

Os documentos da 5 Conferência serão logo mais publicados. Chamamos os lutadores a os estudarem e se colocarem pela construção de um poderoso partido operário revolucionário, seção da IV Internacional em reconstrução pelo Comitê de Enlace.

## Trabalhamos pela reconstrução da IV Internacional

A constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, que virá com a reconstrução da IV Internacional, é a tarefa estratégica da situação. Não se pode ser marxista, internacionalista, sem se trabalhar a construção partidária, em qualquer que seja o país, sob essa condição histórica.

A destruição da III Internacional pela burocracia estalinista rompeu provisoriamente o processo revolucionário de direção mundial do proletariado na luta pelo comunismo. Trata-se do mais violento golpe em uma das maiores conquistas das massas exploradas contra a burguesia mundial e o capitalismo na sua fase última do imperialismo.

A estratégia das potências de sufocar e detonar os avanços do proletariado mundial com a Revolução Russa encontrou um inestimável aliado - a direção de Josef Stálin, que expressou as pressões dos inimigos internos e externos.

A degeneração chovinista da social-democrata liquidou a II Internacional, frente à I Guerra Mundial, sob a lideran-

ça de Karl Kautsky, o que facilitou a contra-revolução na Alemanha e repercutiu tremendamente contra a revolução na Rússia. O Partido Bolchevique travou um combate sem trégua ao social-chovinismo e à degenerescência da II Internacional. Com o programa internacionalista aplicado às condições históricas da Rússia, pôde superar a debandada da social-democracia para a reação e servir de instrumento do proletariado para a primeira revolução proletária vitoriosa.

A tarefa mais urgente de Lênin e Trotsky, do Partido Bolchevique, foi a de materializar o internacionalismo na III Internacional. Os seus Quatro Primeiros Congressos (1919 a 1922) definiram o programa da revolução mundial, elevaram a teoria marxista, deram expressão organizativa às seções, assimilando as experiências mais grandiosas das massas exploradas em sua luta revolucionária.

A III Internacional, por seu programa e por sua organização, se constituiu no Partido Mundial da Revolução. Funcio-

nava como Estado Maior em combate à burguesia mundial e expressava a riqueza dos processos revolucionários em cada país. Esse instrumento se forjou na luta de vida ou morte contra o capitalismo em decomposição, o imperialismo bélico e a bárbara burguesia. Suas raízes mais profundas vinham da Revolução Russa e o Partido Bolchevique como sua espinha dorsal.

A revisão estalinista do programa internacionalista e a burocratização levaram a um curso de colaboração com a burguesia. Foi-se cedendo passo a passo às pressões do imperialismo, até a liquidação da III Internacional. Acontecimento que indicou o avanço do processo de restauração do capitalismo na União Soviética, hoje desintegrada e subjugada. O VI (1928) e o VII (1935) Congressos da Internacional Comunista ocorreram sob a liderança de Stálin e seus consortes. Projetaram a derrota da Oposição de Esquerda Russa, marcada pela expulsão de Trotsky do Partido Comunista Russo e, em seguida, por seu exílio. Referenda-

ram a revisão estalinista do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário. Estabeleceram uma linha política que vai do esquerdismo sectário (conhecido por “terceiro período” -VI Congresso) ao colaboracionismo oportunista das frentes populares (VII Congresso).

A necessidade da IV Internacional se impôs com a definitiva traição do estalinismo. Também em uma situação convulsiva do capitalismo e de tendências bélicas que desembocariam na II Guerra Mundial. A Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Leon Trotsky, trabalhou por levá-la assim que se constatou que o estalinismo havia degenerado completamente a III Internacional.

Em condições extremamente adversas, a IV não teve como recompor o Estado Maior dos Quatro Primeiros Congressos da III IC. Mas pôde preservar o programa internacionalista da revolução e ditadura proletárias e princípios organizativos baseados no centralismo democrático.

O Programa de Transição veio à luz em meio a acirrado combate contra a revisão estalinista do “socialismo em um só país”, a estratégia de “paz mundial” pró-imperialista, o aventureirismo esquerdista (Alemanha), o colaboracionismo da Frente Popular (França, Espanha) e a burocratização do Estado Operário.

Os herdeiros de Trotsky logo se mostraram muito aquém das tarefas. O revisionismo ganhou presença, a ponto de hoje as correntes que se reivindicam do Programa de Transição que o aplicam como método na realidade em que atuam são em número reduzidíssimo, sendo a mais sólida organização o Partido Operário Revolucionário da Bolívia. As demais seções do Comitê de Enlace lutam para superar seu caráter embrionário, trabalhando no seio dos explorados, realizando suas experiências na luta de classe e assimilando as conquistas do marxismo, que inclui as do POR boliviano. O que é um grande problema, pois o isolamento sofrido pelo POR e a campanha adversa sem trégua dos revisionistas (centristas, oportunistas, seitas) são

um obstáculo para a revolução boliviana e, portanto, para a tarefa de reconstrução da IV Internacional.

Mas a situação convulsiva do capitalismo e a necessidade do proletariado reagir em toda parte com seus métodos próprios de luta (método da luta de classe) são favoráveis para o trabalho revolucionário. É nessa tendência que se apóia a necessidade de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista e o trabalho da vanguarda militante.

Os acontecimentos na Bolívia e mais recentemente na Argentina certamente serão decisivos, uma vez que o proletariado e demais oprimidos vêm amadurecendo politicamente no combate e conseguirão pôr em pé um partido rigorosamente marxista-leninista-trotskyista. No Brasil, as tendências de crise são tão poderosas quanto na Bolívia e Argentina. O proletariado brasileiro tem grande importância para a revolução socialista na América Latina. A constituição do Partido Operário Revolucionário no Brasil tem enorme peso para impulsionar a reconstrução da IV Internacional.

## **Curso de Formação do POR – Resumo – 1ª parte: as origens; anarquismo e comunismo**

Nos dias 07, 08 e 09 de janeiro, o POR fez um curso de formação política nacional sobre a História da Classe Operária no Brasil. Publicamos abaixo a primeira parte do resumo, que será continuada no próximo Massas.

A classe operária no Brasil era incipiente até a metade do século XIX. Isto porque a produção do Brasil colônia era fundamentada no trabalho escravo, voltado à produção de matérias-primas destinadas à exportação. Desde a extração do pau-brasil, passando pelos ciclos da cana-de-açúcar, mineração e café, a economia brasileira era pré-capitalista (não se assentava na exploração do trabalho assalariado) e se inseria na divisão social mundial do trabalho como colônia produtora de mercadorias a serem enviadas aos mercados capitalistas europeus. Durante mais de 3 séculos a mão-de-obra escrava foi a base da economia. Poucas manufaturas foram instaladas, voltadas basicamente para o escasso consumo interno, adjacente à produção escravista.

O século XIX vai trazer grandes modificações. A Inglaterra avançava em sua

disputa com outras potências (especialmente a França) no sentido de se tornar hegemônica. A disputa França/Inglaterra afetou diretamente Portugal e suas colônias, dentre elas o Brasil. Os ingleses pretendiam a superação do trabalho escravo no Brasil pelo assalariado, a fim de criar mercado importador. Pressionaram pela substituição do trabalho escravo pelo assalariado. Chegaram a afundar navios negreiros para aterrorizar e sabotar o tráfico de escravos, o que mostra que suas intenções eram puramente comerciais, não tinham nada de “humanitárias” contra a escravidão. Os ingleses foram traficantes até o momento em que a acumulação primitiva de capital se esgotou.

A partir da segunda metade do século XIX, os capitalistas proprietários das fazendas de café terão acumulado capital suficiente para novos investimentos.

É a partir desse capital, formado a partir do trabalho escravo, que serão construídas as primeiras fábricas (têxteis, alimentícias, de móveis, gráficas). Inicialmente, uma ínfima parcela dos escravos será levada para tocar as fábricas ao lado de homens livres.

Nesse período, na Europa, a crise econômica amplia o exército de desempregados e camponeses expulsos de suas terras. O governo brasileiro, sob pressão externa, permite a vinda de centenas de milhares de imigrantes europeus, principalmente da Itália, Espanha e Portugal. Esses imigrantes constituíam o setor mais atrasado de seus países. No final do século XIX e início do século XX, o movimento operário europeu já tinha feito a experiência com o anarquismo, que estava em decadência, e o marxismo estava em ascensão.

A esmagadora maioria desses imi-

grantes vem para o Brasil e se transforma em colonos agrícolas. São submetidos a um trabalho semi-escravo, e são ligados aos donos das terras por meio das dívidas (da passagem, dos armazéns de alimentos). Uma minoria desses imigrantes será levada para as fábricas que se construíam para integrar a classe operária nascente, ao lado de escravos, ex-escravos e homens livres. Como constituirão um grande número de novos operários, levarão ao movimento operário brasileiro as suas idéias, hegemonicamente anarquistas.

Desde a formação das primeiras fábricas, surge a luta de classes. Inicialmente, essa luta operária é apenas parte de outros movimentos e revoltas, assentados no movimento popular. Ou de operários de uma fábrica contra seu único patrão, contra a superexploração e as brutais condições de trabalho a que eram submetidos (jornadas de até 18 horas, castigos com chibatadas, prisões e todo tipo de humilhação).

Nesse momento, as organizações operárias que surgiam eram na maioria do tipo mutualista (de ajuda mútua), portanto assistencialistas. Serviam como meio de preservar o sustento do operário e sua família em caso de doença, invalidez, desemprego etc.

Mas logo a elevação do número de fábricas vai colocar a luta operária num nível superior. Começam as lutas de operários de várias fábricas contra os seus patrões. Organizam-se os primeiros sindicatos operários, processo em que tiveram papel destacado os anarquistas. Logo nos primeiros anos do século XX, em 1906, organiza-se o primeiro congresso operário nacional, e pouco depois (1908), é fundada a primeira central operária (COB). As greves se multiplicam e vão arrancando conquistas. O ponto alto desse processo é a Greve Geral de 1917 em São Paulo, em que os operários conseguem apoio dos assalariados do comércio e de parte dos soldados, controlando a capital, e conquistando a regulamentação do trabalho da mulher e infantil, e a redução da jornada de trabalho.

A partir de 1917, no entanto, dois fatores vão alterar profundamente a organização e consciência da classe operária no Brasil: a Revolução Russa de 1917 e as derrotas do movimento. Ambas levarão a uma crise definitiva da direção anarquista dos sindicatos. Uma parcela desses militantes caminha para o marxismo, que acabava de obter a maior conquista da classe operária na História. A falta de perspectiva da direção anarquista para avançar o movimento no Brasil acelera

esse processo.

Em 1922, principalmente a partir de ex-anarquistas, funda-se o PCB. Em seu primeiro congresso, tem o mérito de discutir e aprovar os 21 pontos para ingresso na Internacional Comunista, os estatutos do partido (dando pela primeira vez uma organização de funcionamento leninista à classe operária brasileira), e campanhas internacionalistas.

A aprovação desses pontos, no entanto, se mostrou formal: no seu segundo congresso (1925), o PCB vai aprovar as teses do chamado "Agrarismo e Industrialismo", elaboradas por Otávio Brandão. Nelas, concebe-se o Brasil como um país dividido entre a burguesia agrária, ligada ao imperialismo inglês, reacionária, e a burguesia industrial nascente, ligada ao imperialismo norte-americano, liberal. Conclui que a classe operária brasileira teria de apoiar a burguesia liberal para desenvolver a economia brasileira, e somente depois disso poderia pensar em transformações socialistas. Essa tese é totalmente contraditória com os 21 pontos da III Internacional, porque submete a classe operária à burguesia, contrariando o princípio marxista-leninista da independência de classe.

## V Conferência do POR

# Resolução sobre a Argentina

Os trabalhadores, tendo à frente operários desempregados, afluíram às ruas em um movimento revolucionário e puseram abaixo o Presidente De la Rúa. O governo que o sucedeu, Adolfo Rodrigues de Saá, teve a mesma sorte. Às pressas, todos partidos da burguesia se uniram em torno do peronista Eduardo Duhalde, que há dois anos havia perdido as eleições para De la Rúa da União Cívica Radical (UCR). Procuraram resolver suas diferenças e divisões para combater as massas sublevadas.

Ocorre que a falência financeira frente aos agiotes internacionais e devastação da economia argentina vêm golpeando duramente a vida dos explorados. Os sucessivos governos da "abertura democrática", peronistas e radicais, não têm feito senão acatar ordens dos EUA, do FMI e do Bird, a ponto de submeterem a moeda nacional ao dólar para

atender unicamente os interesses do capital financeiro e multinacional. Solaparam a base industrial, desnacionalizaram amplamente, entregaram as estatais, sobrecarregaram as massas com impostos, desemprego crescente e miséria, mesmo assim a dívida externa se agigantou a tal monta que o Estado tornou-se inadimplente.

Toda promessa de que as privatizações e abertura econômica resolveriam o problema do endividamento e de que a Argentina se modernizaria para se projetar no mercado mundial não passou de máscara ideológica para implantar o maior plano de saque que o país já conheceu em sua história republicana. A Argentina se desintegra sob o tacão do imperialismo e sob a decrépita burguesia nacional.

O proletariado que tem sido controlado pelo nacionalismo e suportado toda

sorte de traição da burocracia justicialista saiu às ruas por quase todo país, retomando a tradição do levante de Córdoba (cordobaço). A classe média urbana, cada vez mais arruinada, teve de abandonar a inércia e se colocar pela luta direta empunhando o panelaço. Os famintos partiram para o saque.

O levante que depôs dois governos em dez dias de luta acirrada, enfrentando a repressão sanguinária (mais de 30 mortos) e o Estado de Sítio, expressou as tendências radicais de combate dos oprimidos, encarnadas pelos vigorosos piquetes de desempregados, pelos bloqueios, ocupações e manifestações. Essa via de luta de classe já vinha ganhando terreno em contraposição ao democratismo burguês, ao eleitoralismo e ao colaboracionismo da direção peronista da CGT e suas variantes. Ela passou a se impor desde o momento em que o de-

semprego e perdas salariais ganharam terreno em todas as Províncias, a maioria delas alquebradas pelo endividamento. Por outro lado, os governos eleitos pelo voto popular se mostraram cada vez mais subservientes aos planos de fome e miséria traçados fora do país e tornou-se inviável esconder a tremenda corrupção em todos partidos.

Na mais recente eleição parlamentar, uma ampla camada dos explorados se recusou a votar nos políticos da burguesia, anulou ou votou em branco. Demonstrava assim desconfiança e descontentamento perante o conjunto dos partidos, incluindo os esquerdistas eleitores. Os explorados assinalavam uma virada para o combate direto aos responsáveis pela bancarrota do país e pela fome de milhões de argentinos. De la Rúa já vinha sendo combatido com greves. Diante da nova investida contra a economia, há três anos em recessão, e a vida da maioria, as tendências para a ação direta ganharam proporção nacional e generalizada. Os explorados colocaram-se em posição de luta política contra o governo. Em grande medida ganharam espontaneamente as ruas, contando com a organização de base edificada em algumas partes do país (comitês, "coordenadora"). Passaram por cima do controle burocrático das Centrais e sindicatos. Desconheceram a trava dos partidos e Igreja. Os oprimidos tomaram a iniciativa política de questionar o entreguismo, os vários pacotes de corte salarial, demissões e impostos.

Mas há que se reconhecer que o mo-

vimento instintivo das massas não pôde se entroncar com uma direção revolucionária. Faltou-lhe o partido, que está embrionariamente em construção (o POR), para potenciar o combate. O governo de Duhalde terá de se confrontar com novos combates, uma vez que terá de manter a linha de ataque dos governos anteriores. Setores da burguesia e de seus partidos guardam na manga a possibilidade de eleições antecipadas. A burocracia e parte das esquerdas procuram reanimar as ilusões democráticas das massas com a bandeira de eleições para Presidente.

Crescerão as pressões para que os trabalhadores cedam posições conquistadas na luta e se realinhem por detrás dos demagogos burgueses. A burocracia sindical tudo fará para convencer a classe operária do valor democrático da estabilidade do Estado, que para isso terá de engolir as perdas com a desvalorização da moeda. A situação, no entanto, é favorável aos explorados, que deram um importante passo de insubordinação frente à política patronal.

Coloca-se a tarefa de ampliar os piquetes, os comitês e a "coordenadora" das lutas. É preciso fortalecer os organismos de base e a democracia operária, com as assembléias populares. O trabalho pela frente única antiimperialista ganha projeção. Os trabalhadores caminham por levantar um programa próprio, contraposto aos pacotes da burguesia. Bandeiras como cancelar todas as dívidas dos assalariados, não pagar a dívida externa, escala móvel das horas

de trabalho, salário mínimo real, controle operário de produção, nacionalização dos bancos e expropriação dos monopólios poderão ganhar força entre os explorados.

Por essa via, a classe operária avançará seu combate antiimperialista e anticapitalista. Compreenderá a necessidade de resolver o principal problema, que é o de tomar o poder e instalar um governo operário e camponês.

Os porta-vozes da burguesia, no Brasil, explicam que a crise argentina se deve apenas a erros de condução da política econômica e financeira. Atribuem todos os males unicamente à lei de conversibilidade do Ministro Cavallo. E que no Brasil tudo se passa diferentemente, não correndo o risco de uma quebra de tipo argentino. Falso. As diferenças não superam as semelhanças, que dizem respeito ao saque imperialista e as tendências de quebra mundial do capitalismo, que se manifestam poderosamente nas semicolônias.

A classe operária, no Brasil, terá de percorrer o mesmo caminho da argentina. Tem suportado os brutais ataques e se encontra bloqueada pelo reformismo. Essa situação se esgotará conforme marche a desintegração do capitalismo. As lições da Argentina devem ser aproveitadas. A chave do problema está em trabalhar incansavelmente pela construção do partido, desenvolvendo a propaganda e a agitação das bandeiras revolucionárias e dando expressão organizativa para a luta instintiva dos explorados.

## **o Partido e Sua Organização**

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos aparecem anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

"Questões de Organização" foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

### **Questões de Organização I - Programa e Organização**

#### a) Fundamento Político do Problema (III)

Na Bolívia, a situação da extre-

ma-esquerda é por demais sombria, a simples espetacularidade já não pode salvá-la frente às massas altamente politizadas e preocupadas em encontrar os canais partidários para se expressarem. Quando o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) foi obrigado a res-

ponder os problemas políticos no campo das previsões (indispensável para fixar a linha política com alguma perspectiva), convenceu-se de que não era possível atuar satisfatoriamente neste terreno por carecer de um programa; as intenções apressadas para tentar sanar esta falha

demonstraram que não era na realidade uma verdadeira organização partidária com alguma homogeneidade, mas um conglomerado das tendências mais diversas e contrapostas: foquistas, nacionalistas burgueses, trotskistas, estalinistas e até puramente putchistas (golpistas). O primeiro choque sério com a realidade pulverizou os miristas, que por algum tempo ofereceram, com a irresponsabilidade que sempre os caracterizou, por em pé a vanguarda revolucionária perfeita e em tempo recorde.

Não deixa de ser alentador que os foquistas puros (durante sua organização o MIR recebeu detritos de muitas organizações políticas, mas seu eixo central consistiu da infiltração do ELN colombiano, que atuava como seu centro diretor e foi este que se opôs à adoção dos princípios revolucionários) fossem transformados em nacionalistas (declararam que o MNR e os governos movimentistas in-

terpretaram devidamente os objetivos populares e antiimperialistas, o que equivale a reconhecer que os objetivos movimentistas são objetivos revolucionários e ainda válidos) e que concluíram conspirando com um grupo de oficiais cujo programa não passa de uma vaga e liberal declaração de defesa dos camponeses, operários e outros setores; foquismo e nacionalismo são manifestações simétricas da intelectualidade pequeno burguesa que capitula diante da classe dominante. A organização pela organização e a ação pela ação podem servir a classes sociais opostas em seus interesses, mas não ao proletariado.

A extrema-esquerda de todos os matizes não podem compreender que o programa é provado pelas massas em sua própria ação e que sua identificação com os explorados e o aperfeiçoamento deste se dá na atividade diária no seio do proletariado. Os militantes da extrema-esquerda atuam deliberadamente

como uma força externa à classe e não concebem que possa ocorrer o caso das massas elevarem seu nível de consciência ao nível do programa revolucionário partindo de sua prática diária e terminam substituindo todo o processo com uma receita pedagógica: a conscientização de qualquer setor social (melhor quando for mais numeroso e mais explorado, traço comum do populismo) para convertê-lo em socialista. Como se vê, não se trata de que as massas se apropriem do programa e ao fazê-lo, graças a sua experiência diária acumulada, contribuam para sua própria superação, mas simplesmente de ensinar uma verdade imutável. Isto permite descobrir que os militantes da extrema-esquerda consideram todos os explorados iguais entre si em todos os aspectos e como elementos puramente passivos e receptivos. Não é necessário reafirmar que esta postura é antidialética por isto antimarxista.

## Colômbia

# Que paz será possível na Colômbia?

Mais uma vez o acordo de negociação entre o governo de Pastrana e as Farc chega ao impasse. Desde 1998, ocorreram várias tentativas de rupturas, mas não interessava para nenhuma das partes assumir o desenlace. Os guerrilheiros procuraram fortalecer sua posições na região desmilitarizada. O governo aproveitou para aparelhar o exército com o Plano Colômbia, arquitetado e financiado pelos Estados Unidos (EUA).

Tudo indica que o objetivo de oferecer um lugar às Farc na democracia burguesa (participar em eleições, transformar-se em partido legal, ser anistiado etc) não progrediu como se esperava. O exército colombiano foi aos poucos armando um cerco à área desmilitarizada. A guerrilha exigiu que Pastrana suspendesse o cordão militar que sitia o local de negociação. Este respondeu com a exigência de que as Farc deixem a zona desmilitarizada em 48 horas ou comece a ceder as pressões de deposição das armas. A presença de um representante da ONU para salvar a negociação não passa de mais uma manobra para justificar o previsível ataque do exército à guerrilha.

Depois de três anos de conversação, é bem provável que os EUA tenham exigido

do de Pastrana partir a ofensiva. A ocupação do Afeganistão foi demarcado escalada da política intervencionista do imperialismo, tendo por motivo destruir o "terrorismo". Na verdade, os EUA agem em toda parte conforme os interesses em jogo. Para isso, sempre há um motivo.

A guerrilha de mais de 30 anos, apoiada pelos camponeses, está na lista do governo norte-americano como terrorista. O Plano Colômbia pretende o esmagamento militar das Farc. A principal razão da ruptura de Pastrana com Manuel Marulanda, dirigente das Farc, reside na decisão de pôr em andamento o plano de guerra traçado pelos militares ianques.

Quanto mais corrompido e odiado o governo, quanto mais abundante a miséria das massas colombianas, cresce o perigo das Farc. Embora a organização guerrilheira tenha insistido no programa nacionalista, no respeito em geral à propriedade privada dos meios de produção, pretenda um governo de reformas e objetive uma aliança com setores da burguesia, não pôde romper a unidade capitalista sob a direção do imperialismo. A tomada do poder pela via da guerrilha traz o risco dos explorados

partirem para a expropriação do grande capital. Nesse sentido, a revolução cubana mantém-se como ensinamento para o imperialismo.

Para os monopólios e latifundiários, a solução é destruir militarmente as Farc. Outras experiências mostraram que a capitulação da guerrilha, em El Salvador, por exemplo, à "democracia" burguesa, veio após intensa campanha de esmagamento, propiciada pelos EUA.

Toda vez que a burguesia semicolonial e seu governo apodrecido se mostram fracos, o imperialismo atua poderosamente para sustentar o Estado. Despeja milhões de dólares, arma as forças da reação, suborna partidos, conspira etc. O Plano Colômbia é uma dessas espécies de "ajuda" à "democracia", que quer dizer aos latifundiários e monopólios estrangeiros. Sabemos, portanto, de que "paz" se trata na Colômbia.

Os trabalhadores em nosso continente e das metrópoles têm de rechaçar o Plano de sangue e saque dos EUA para a Colômbia. A bandeira da autodeterminação dos povos é parte do programa da classe operária de combate ao imperialismo e ao capitalismo.

## Afeganistão

# A prepotência norte-americana

Os bombardeios "científicos" da Força Aérea dos EUA mataram centenas de civis afegãos. Não bastando o massacre de um povo indefeso (é isso que também explica os ataques terroristas dos nacionalistas muçulmanos), centenas de prisioneiros talebans e da Al Qaeda foram assassinados. Centenas estão sendo submetidas a interrogatórios, que incluem a tortura, em navios dos EUA. Outras centenas de prisioneiros considerados terroristas foram transferidas para a base naval em Guantánamo, zona pertencente a Cuba e ocupada à força pelos EUA desde 1898.

O governo Bush determinou que serão julgados por um Tribunal Militar, com total poder arbitrário. A prepotência do imperialismo sobre os povos oprimidos chega ao terrorismo de Estado e ao fascismo. Os trabalhadores devem usar esses acontecimentos para rechaçar a hipocrisia dos direitos humanos, da democracia e da paz manejada pelas potências. O imperialismo se



caracteriza pelos monopólios industriais e capital financeiro protegidos pelo bárbaro poder bélico. Domina a maioria dos povos à força do poder econômico e das armas. Trata-se da violência reacionária aplica para sustentar o capitalismo em decomposição.

### **O direito do povo palestino se armar**

O Estado sionista de Israel apreendeu um navio que transportava armas

para os palestinos. Logo os Estados Unidos se juntaram ao governo de Ariel Sharon para condenar o "contrabando de armas". Fizaram o maior espalhafato em torno das armas mortíferas, que poderiam atingir o território israelense.

É como se o Estado de Israel não tivesse sido armado legal e ilegalmente pelos EUA. Os maiores traficantes de armas são justamente as potências. Os palestinos não fazem senão usar de seu direito de armamento para enfrentar a máquina de guerra dos sionistas, esta sim poderosíssima.

Aproveitando-se do fato, Sharon aumenta a pressão para que a Autoridade Palestina, governada por Yasser Arafat, combata a resistência armada de organizações como Hamas e outras. O grande receio dos sionistas e imperialistas é que as massas oprimidas que combatem com o primitivismo da Intifada venha a ter acesso às armas. Israel e imperialismo norte-americano formam uma unidade para oprimir o povo palestino.

## Colômbia

# O Plano Colômbia é de reação em toda linha

As Forças Armadas da Colômbia estão sob o controle do comando militar norte-americano. Para derrotar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o governo de Andrés Pastrana se socorre com os dólares, do intervencionismo direto da máquina militar dos Estados Unidos e da estratégia imperialista de esmagar a guerrilha.

O Estado colombiano encontra-se governado pelo imperialismo. As negociações de paz constituem uma máscara para o objetivo sanguinário do capital internacional e da oligarquia burguesa colombiana. Ou as Farc capitulam como fez a guerrilha Movimento Revolucionário 19 de abril (M-19), que depôs as armas e se submeteu ao Estado, ou terão de guerrear com o exército altamente aparelhado pelos Estados Unidos.

Não são os colombianos que resolvem sua guerra civil, mas sim as forças externas das potências.

O Plano Colômbia pisoteia a soberania, destrói as condições de existência dos camponeses, assegura os interesses do imperialismo e abre caminho para o intervencionismo militar mais geral sobre toda a América Latina. Se for vitorioso, a Colômbia mergulhará na reação em toda a linha.

O proletariado internacional deve trabalhar para derrotá-lo. O obstáculo mais significativo para isso é a própria política das Farc e do Exército de Libertação Nacional (ELN), que não se apóia no programa da revolução proletária e no método de organizar a aliança operária e camponesa para a insurreição.

O cunho nacionalista das organiza-

ções guerrilheiras não as permite encabeçar um movimento antiimperialista que se transforme em anticapitalista. Não por acaso, a Colômbia carece de um partido marxista-leninista-trotskyista. Esse é o problema estratégico principal. Para derrotar o imperialismo, o proletariado, unido aos camponeses, terá de encabeçar o movimento de derrubada do governo Pastrana e tomar o poder do Estado. O combate por um governo operário camponês, pela ditadura do proletariado, é a via para impedir que as forças da reação destruam a guerrilha e submetam ainda mais a Colômbia ao imperialismo.

A luta contra o Plano Colômbia implica a defesa da constituição do partido proletário, internacionalista, seção da IV Internacional.